



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 008 da Sessão Ordinária nº 008, de
07 de fevereiro de 2013.

1 Às nove horas do dia sete de fevereiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios
2 do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES e ANTÔNIO**
4 **JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES e**
5 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA,
6 **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
7 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta
8 Corte. Convocada a Auditora **MÁRCIA COSTA** para composição de quorum, nos termos do § único do
9 artigo 11 da Lei nº 084/2012. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
10 manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste
11 Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e
12 aprovação da Ata da Sessão nº 003/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
13 momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 020012005-00; Prefeitura**
14 **Municipal de Acará**; Prestação de Contas de 2005; Responsável João Ricardo Alves de Oliveira;
15 Auditor Alcimar Lobato da Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José
16 Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.332, de 04.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
17 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
18 prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
19 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
20 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio
21 contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal do Acará, exercício de 2005, com
22 recolhimento, no prazo de 15 dias, da importância de R\$-30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), pelo
23 envio intempestivo dos Relatórios de Gestão Fiscal, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos
24 autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 280012007-00; Prefeitura Municipal de**
25 **Curralinho**; Prestação de Contas de 2007; Responsável Álvaro Aires da Costa; Auditor José Alexandre
26 da Cunha Pessoa; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;
27 **Publicado no DOE nº 32.332, de 04.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
28 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
29 contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
30 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
31 parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho a não aprovação das contas do



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

32 Executivo, exercício de 2007, de responsabilidade de Álvaro Aires da Costa, que deverá recolher aos
33 Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente corrigidas, as quantias de R\$-16.634,52
34 (dezesesseis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), referente ao pagamento
35 a maior da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito, e R\$-410,55 (quatrocentos e dez reais e
36 cinquenta e cinco centavos), pelo pagamento de taxas pela emissão de cheque sem fundos, além de
37 multa no valor de R\$-17.817,44 (dezessete mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e quatro
38 centavos), pela remessa dos RGF's fora do prazo, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000,
39 sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº**
40 **282172007-00; Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Curralinho; Prestação de**
41 **Contas de 2007; Responsável Álvaro Aires da Costa; Auditor José Alexandre da Cunha; Procuradora**
42 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.332, de**
43 **04.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
44 autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multas e remessa de cópia dos
45 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
46 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
47 aprovação das contas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Curralinho, exercício de 2007,
48 de responsabilidade de Álvaro Aires da Costa, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
49 Público Estadual. **Processo nº 200811438-00; Fundo Municipal de Saúde de Capitão Poço;**
50 **Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 13.078, de 07.12.2004, prestação**
51 **de contas de 2002; Responsável José Raimundo de Oliveira; 4ª Controladoria; Procuradora - Chefe**
52 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
53 **32.332, de 04.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
54 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A
55 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
56 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso para
57 alterar os termos do Acórdão nº 13.078, de 07.12.2004, e aprovar as contas do Fundo Municipal de
58 Saúde, exercício 2002, de responsabilidade de José Raimundo de Oliveira, a quem deverá ser emitido o
59 Alvará de Quitação, mantendo o recolhimento da multa imputada. **Processo nº 201011487-00;**
60 **Escola Comunitária Ursinho Carinho; Prestação de Contas do Convênio nº 033/2009, firmado com**
61 **a Fundação Papa João XXIII; Responsável Márlis Sued Lopes Teles; 4ª Controladoria; Procuradora -**
62 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
63 **32.332, de 04.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
64 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

65 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
66 **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas da Escola Comunitária Ursinho
67 Carinhoso, referente ao Convênio nº 033/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-
68 FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais).
69 **Processo nº 201021144-00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre;**
70 **Aposentadoria- Portaria nº 026/12, de 26.03.2012; Interessada Lindalva da Costa Tavares; Procuradora**
71 **- Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Retirado de Pauta. Em seguida, O
72 Conselheiro Aloísio Chaves assumiu a Presidência da Sessão, em razão dos julgamentos dos processos
73 de relatoria da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201211631-00; Fundo Municipal de Saúde**
74 **de Alenquer; Contrato de Servidor Temporário; Interessada Cleoleide Rocha de Assis; Procuradora**
75 **Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
76 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao registro do Ato. A
77 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência
78 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro do Contrato nº 26/2012, para
79 o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer e
80 Cleoleide Rocha de Assis, com a recomendação de que a Prefeitura realize concurso público para o
81 cargo em análise. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 9:
82 **Processo nº 201209070-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contratos de Servidores**
83 **Temporários; Interessados Guiomar Ferreira Figueira e Marcenilda do Nascimento Paz; Procuradora**
84 **Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
85 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao registro. A matéria foi
86 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
87 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo registro dos Contratos nºs 16 e 22/2012, para o
88 cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer e
89 Guiomar Ferreira Figueira e Marcenilda do Nascimento Paz, recomendando que a Prefeitura realize
90 concurso público para os cargos em análise. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento
91 do processo de nº 8: **Processo nº 201114948-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer;**
92 **Contrato de Servidor Temporário e Termo de Distrato; Interessada Adriana Aguiar Conceição;**
93 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental,
94 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao Registro.
95 A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência
96 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela negativa de registro do Contrato de nº
97 04/2011, firmado com a servidora Adriana Aguiar Conceição para o cargo de Fisioterapeuta, com



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

98 vigência de 04/04/2011 a 04/04/2012, que por conta do Termo de Distrato encerrou em 31/08/2011,
99 ressaltando que o Termo de Distrato Amigável ao Contrato Temporário nº 04/2011, acostado à fl. 02
100 dos autos, não é passível de registro nesta Corte de Contas, conforme preceitua o art. 30, I, "h", da Lei
101 Orgânica do TCM, combinado com o art. 71, III, da Carta Magna. **Processo nº 201217712-00;**
102 **Câmara Municipal de Jacareacanga;** Resolução nº 001/2012, de 21.09.2012, que fixa os subsídios
103 dos Vereadores; Interessado Elias Freire Santos; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;
104 Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
105 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento, com ressalva, da Resolução. A matéria
106 foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
107 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2012,
108 aprovada em 21.09.12, da Câmara Municipal de Jacareacanga, que fixa o valor do subsídio dos
109 Vereadores para a próxima legislatura, no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondentes a
110 30% (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos termos do art. 29, VI, "b", da
111 CF/88, com a comunicação ao Presidente da Câmara Municipal de que qualquer atualização no valor do
112 subsídio deverá obedecer o que determinam os incisos I e II do § 1º do art. 169, alínea "c" do inciso VI
113 e inciso VII do artigo 29, inciso I e § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além dos
114 artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como deverá estar
115 contemplado, no correspondente orçamento anual, a previsão orçamentária para tal fim. **MATÉRIA**
116 **ADMINISTRATIVA:** Apreciação dos Acórdãos nº's 23.139, 23.140, 23.146, 23.147, 23.149, 23.156,
117 23.161, 23.162, 23.163, 23.164, 23.165, 23.170, 23.172 e 23.173. Apreciação das Resoluções nº's
118 10.659, 10.679, 10.680, 10.681, 10.682, 10.683, 10.690, 10.691, 10.692, 10.693, 10.694, 10.695,
119 10.686, 10.689, 10.718, 10.719, 10.720. Relator - Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a
120 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções
121 apresentados. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
122 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim manifestou-se: "*com relação*
123 *ao processo anteriormente trazido a este Plenário, de verba indenizatória, eu queria comunicá-los e ao*
124 *mesmo tempo pedir uma decisão desta Corte sobre um expediente que foi recebido pela Presidência desta*
125 *Casa. Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, os presentes autos foram relatados na Sessão Plenária do dia 17 de*
126 *janeiro de 2013, onde foi suscitada preliminar de mérito pelos Conselheiros Aloísio Chaves e Daniel Lavareda,*
127 *onde foi questionada a presença de coisa julgada, com base na decisão prolatada nos autos do Processo nº*
128 *200803231-00, que julgou o Recurso de Reconsideração proposto pela Câmara Municipal de Belém, quanto a*
129 *decisão deste Tribunal que negou cadastramento a Resolução nº 008/2006, a qual dispunha sobre verba*
130 *indenizatória devida em razão do exercício de atividade parlamentar. Houve, contudo, na data de 25 de*
131 *fevereiro de 2013, requerimento da Presidência da Câmara Municipal de Belém, por meio do Ofício nº*



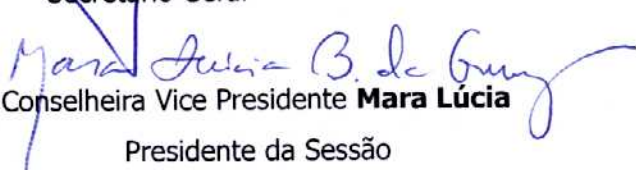
ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

131 074/2013, protocolado nesta Corte, o qual transcrevo: "Excelentíssimo Conselheiro José Carlos Araújo Presidente
132 deste Egrégio Tribunal de Contas, assunto devolução de resolução; Sr. Presidente, ao tempo que cumprimentamos
133 Vossa Excelência solicitamos a sua atenção, no sentido de determinar competente a restituição da Resolução
134 071/2009 e do Ato normativo 1.557 de 16.12.2008, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas relacionadas ao
135 exercício do mandato parlamentar, objeto do Processo 20821131-00, em tramitação por esta Egrégia Corte para
136 reanálise ulterior de deliberações por parte deste poder legislativo. Cordialmente, Vereador Paulo Alberto Santos de
137 Queiroz, Presidente da Câmara Municipal de Belém". Assim, considerando que a matéria já foi apresentada em
138 Plenário, inclusive com leitura de relatório, consolidando a análise técnica da 7ª Controladoria e parecer do
139 Ministério Público, e tendo sido suspenso aquele julgamento por força da já citada proposição de preliminar,
140 submeto novamente os autos para deliberação deste Plenário quanto ao requerimento da Câmara Municipal
141 de Belém. Ademais, em caso de deferimento do Plenário na indicada devolução, recomendo que seja
142 informado expressamente à Presidência daquela Casa sobre a vedação de pagamento com base na
143 Resolução de nº 079/2008 e do Ato Normativo 1557/2008, sob pena de glosa da despesa indicada junto as
144 correspondentes prestações de contas, quais sejam, a partir do exercício financeiro de 2009." **Em**
145 **discussão:** O Conselheiro Aloísio Chaves assim manifestou-se: "gostaria de um esclarecimento, Conselheira
146 Mara Lúcia, Vossa Excelência está determinando a suspensão do pagamento futuro, com base naquela
147 Resolução? A Conselheira Mara Lúcia assim respondeu: "não, pois o meu entendimento é de que como
148 perdeu o objeto, já que eles estão solicitando a devolução para a reanálise, é que não tenha nenhum efeito,
149 porque não houve nenhum pagamento, até o presente momento". O Conselheiro Aloísio Chaves manifestou-
150 se: "o não pagamento terá que ser objeto de uma nova Resolução que eles deverão encaminhar a esta Corte
151 e, no caso de nova legislação, vai ser analisada pelo Tribunal". A Presidência proclamou a **Decisão:** O
152 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela devolução do processo, nos termos apresentados pela
153 Conselheira Relatora. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às dez horas e
154 treze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
155 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sete de fevereiro de dois
156 mil e treze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão